



C A P Í T U L O 8

A ATIVIDADE EXTENSIONISTA

Pedro Paulo Oliveira Lopes Coelho

Tecnologia em Construção Naval - UERJ

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0009-0009-8205-8911>

Abimael Maia dos Santos Silva

Tecnologia em Construção Naval - UERJ

Rio de Janeiro – RJ

<https://orcid.org/0009-0001-8352-1711>

RESUMO: Este capítulo apresenta uma reflexão crítica sobre o projeto “Atitudes Sustentáveis nos Quilombos”, realizado por estudantes da UERJ-ZO a partir de 2022. A iniciativa teve início no Quilombo Dona Bilina e expandiu-se para outras comunidades quilombolas do Rio de Janeiro, promovendo práticas sustentáveis no uso da água e articulando saberes acadêmicos e tradicionais. O texto discute os desafios de estabelecer vínculos com lideranças quilombolas, os métodos de contato adotados, os bastidores das ações e a importância das reuniões internas. Aborda também dificuldades enfrentadas por estudantes quilombolas no ensino superior e destaca manifestações culturais como formas de resistência. Por fim, evidencia o papel transformador da extensão universitária, promovendo trocas significativas, engajamento social e formação acadêmica mais crítica e comprometida.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão universitária; Quilombos; Sustentabilidade; Saberes tradicionais; Educação crítica.

THE EXTENSION ACTIVITY

ABSTRACT: This chapter presents a critical reflection on the extension project “Sustainable Attitudes in Quilombos,” developed by students from UERJ-ZO starting in 2022. Initially focused on the Quilombo Dona Bilina, the initiative expanded to other quilombola communities in Rio de Janeiro, promoting sustainable water practices and dialogue between academic and traditional knowledge. The chapter discusses the challenges of engaging community leaders, the strategies used to build

trust, and the role of internal meetings and theoretical debates. It also addresses structural barriers faced by quilombola students in higher education and highlights cultural expressions as forms of resistance. Ultimately, the project reaffirms the transformative potential of university extension through mutual learning, social engagement, and the recognition of traditional knowledge.

KEYWORDS: University extension; Quilombola communities; Sustainability; Traditional knowledge; Critical education.

INTRODUÇÃO

A experiência extensionista representou um importante desafio acadêmico para nós, ao nos tirar da zona de conforto e nos inserir em um campo de conhecimento distinto daquele que estávamos acostumados a vivenciar no dia a dia da sala de aula, na graduação. De estudantes intramuros na UERJ-ZO, tornamo-nos agentes ativos, protagonistas, em uma atividade acadêmica de construção coletiva de saberes, sem hierarquias e atravessado por encontros transformadores e, ainda, pela audição de histórias fortes, marcantes, transformadoras.

Tomamos conhecimento da existência do projeto ainda em 2022, durante o evento SEANAV — Semana de Engenharia Naval da UERJ Zona Oeste, promovido pelo Departamento de Engenharia Naval e Pesca (DEPNAV). A programação consistia em uma série de palestras e apresentações de pesquisas acadêmicas desenvolvidas por docentes, discentes e convidados ao longo da semana. Foi em uma dessas apresentações que ouvimos, pela primeira vez, sobre o projeto “Promoção de Atitudes Sustentáveis no Quilombo Dona Bilina”. O interesse foi imediato, sobretudo devido à proposta de aplicar conhecimentos da química na busca por soluções sustentáveis para o tratamento de água em comunidades quilombolas.

Até então, nunca havíamos escutado sobre a possibilidade de tratar a água com amido de vegetais. A partir desse primeiro contato, buscamos nos aproximar mais do projeto por meio de conversas com o coordenador, uma voluntária e o bolsista da época, o que nos possibilitou compreender melhor seus objetivos, práticas e fundamentos. Inicialmente, nossa percepção era de que se tratava de uma ação baseada apenas em soluções práticas e acessíveis. No entanto, aos poucos, entendemos sua complexidade e profundidade metodológica, especialmente no que diz respeito ao diálogo com os saberes tradicionais e ao respeito às particularidades das comunidades quilombolas.

Em 2023, surgiu a oportunidade de participar do processo seletivo para atuar como bolsista no projeto. Fui selecionado como bolsista (Pedro) e, alguns meses depois, Abimael passou a integrar a equipe como voluntário. A partir de então, iniciamos nossa trajetória extensionista mantendo os princípios fundadores do

projeto, mas ampliando nossos horizontes acadêmicos, éticos e políticos, em busca de uma atuação mais consciente e transformadora.

O projeto, inicialmente chamado “Promoção de Atitudes Sustentáveis no Quilombo Dona Bilina”, em 2022, evoluiu em escopo e profundidade. Nessa expansão para outras comunidades quilombolas, foi redesenhado e renomeado, passando a se chamar “Atitudes Sustentáveis nos Quilombos”, o que ampliou seu alcance, reafirmando o compromisso com diferentes territórios, realidades, trajetórias, histórias e demandas. A proposta extensionista visa fomentar o diálogo entre o acadêmico e as comunidades visitadas desde a sua concepção, tendo como eixo central a temática do acesso, armazenamento, consumo e descarte de água nos territórios quilombolas, incentivando, aprendendo e promovendo trocas intelectuais entre saberes técnicos aliados e conhecimentos tradicionais.

A atuação no projeto teve início, de fato, em 2023, quando começamos a nos inteirar dos principais objetivos e frentes de ação da proposta extensionista. Um dos primeiros passos foi mapear as comunidades quilombolas oficialmente reconhecidas no Estado do Rio de Janeiro. Para isso, utilizamos dados disponibilizados pela CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), pelo IBGE e pela Fundação Cultural Palmares. A proposta era obter um panorama mais preciso da quantidade e localização dessas comunidades, a fim de subsidiar as decisões do projeto e nortear os próximos passos.

Embora a tarefa parecesse, a princípio, simples — uma análise de dados públicos disponíveis na internet —, o levantamento revelou-se mais complexo do que o esperado. O reconhecimento oficial das comunidades quilombolas é um processo burocrático, lento e muitas vezes sujeito a atualizações não sistemáticas. Assim, além de filtrar e cruzar informações de diferentes fontes, foi necessário considerar a possibilidade de surgimento de novos territórios quilombolas ao longo dos anos. Esse fator exigiu uma atenção redobrada e fez com que o trabalho, inicialmente planejado para poucos dias, se estendesse por mais de duas semanas.

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares, até abril de 2023, havia 3.669 comunidades quilombolas certificadas no Brasil, sendo 147 localizadas no estado do Rio de Janeiro (FCP, 2023). No entanto, esse número tende a aumentar à medida que novas comunidades buscam reconhecimento oficial — o que reforça a necessidade de atualização constante das informações utilizadas no planejamento do projeto.

A atividade, apesar de desafiadora, nos proporcionou um contato inicial com a dimensão da luta quilombola por reconhecimento e com as dificuldades estruturais envolvidas nesse processo.

Entre nós, extensionistas, surgiram algumas inquietações nos momentos informais fora do grupo de pesquisa — muitas delas nos intervalos da rotina universitária — a respeito do início do contato com as comunidades quilombolas. Estávamos prestes a apresentar o projeto, nossas intenções e objetivos, e essa aproximação exigia cuidado, sensibilidade e responsabilidade.

Antes desse momento, havíamos recebido orientações dos coordenadores, que nos forneceram diretrizes teóricas e metodológicas importantes. No entanto, compreendemos, na prática, que executar o que se aprende na teoria é um processo bem distinto. Ensaiar uma abordagem com colegas próximos é uma coisa; vivenciar o diálogo real com lideranças e moradores, com suas histórias e experiências, é outra.

Trata-se de uma responsabilidade significativa, pois esse primeiro contato tem o potencial de definir a qualidade do vínculo estabelecido, influenciando diretamente a confiança mútua e a fluidez das ações do projeto. Por isso, esse momento foi encarado por nós não apenas como uma etapa de execução, mas como um verdadeiro exercício ético, político e relacional, que exige escuta ativa, humildade e disposição para aprender com o outro.

Durante o ano de 2024, o projeto manteve seu foco principal, mas incorporou o desafio de estabelecer vínculo com outras lideranças quilombolas do Estado do Rio de Janeiro. Reuniões mensais, entrevistas e diagnósticos locais revelaram que a comunicação clara e o respeito às formas de organização comunitária são cruciais para a efetividade das ações. Um ponto crucial do planejamento foi assegurar que o contato com as lideranças quilombolas se mantivesse constante e que a mensagem fosse transmitida com clareza, evitando ruídos informacionais que poderiam dificultar o engajamento. Comunicação clara, simples, honesta e acessível é essencial no contato inicial, além de gerar interesse, fortalece os vínculos com as comunidades quilombolas. Aliás, esse primeiro contato é quase sempre marcado por desconfiança tendo em vista que uma reclamação recorrente das lideranças e moradores dos territórios quilombolas é que o pesquisador se apropria das histórias, memórias e demais aspectos da cultura quilombola para se promover e nada retorna para a comunidade. Isto é, sentem-se usados pelos pesquisadores.

Como dissemos, os integrantes das comunidades quilombolas frequentemente demonstram desconfiança diante dos acadêmicos. Parte disso se deve ao histórico de experiências anteriores com pesquisas que exploraram suas vulnerabilidades sem oferecer contrapartidas concretas, segundo seus relatos. Além disso, a falta de comprometimento ético por parte dos pesquisadores pode também reforçar esse afastamento, segundo nossos interlocutores. Para superar ou minimizar essas barreiras, a equipe do projeto se comprometeu a adotar sempre uma escuta paciente, dedicada e aberta ao diálogo. Antes de falar, ouvir se fazia necessário, pois muito

já lhes foi dito sem que houvesse um comprometimento efetivo com a questão étnico racial.

Deste modo, o projeto buscou não falar pelas comunidades, mas criar condições para que elas próprias falassem por si. E essa é uma questão que nos trouxe outras reflexões sobre o ambiente acadêmico em si. A baixa representatividade de pessoas negras em espaços acadêmicos e decisórios em nosso país é um incontestável reflexo da escravidão e, posteriormente, da inexistência de políticas públicas socialmente inclusivas após a abolição. Como resultado, essas marcas históricas continuam a dificultar o acesso e a permanência dessas populações nos espaços de poder e saber.

Do nosso ponto de vista, a atuação dos coordenadores do projeto, com diferentes trajetórias acadêmicas, contribuiu efetivamente para a criação de um ambiente de escuta mútua, assim como para a valorização das intervenções e participações de lideranças e moradores nas reuniões com as comunidades contempladas. Até 2024, mantivemos contato, realizamos entrevistas ou nos reunimos com representantes das seguintes comunidades quilombolas: Cafundá Astrogilda, Quilombo do Feital, Camorim, Lagoa Feia e Quilombo do Pai Paulo. Além dessas, outras comunidades como Santa Rita do Bracuí, Sacopã, Sobara, Agbara Dudu, Espírito Santo e Grotão, bem como lideranças do Quilombo Vista Alegre, no Maranhão, demonstraram interesse inicial no projeto e se dispuseram a conhecer a proposta. O objetivo desses encontros foi o de construir parcerias respeitosas e horizontais, fortalecendo o protagonismo quilombola na luta por direitos, reconhecimento e dignidade.

REUNIÕES, ENTREVISTAS, VISITAS: COMO CHEGAMOS NO CAMPO?

O processo de contato com as lideranças quilombolas foi iniciado a partir de um mapeamento feito pela própria equipe extensionista. Para isso, buscamos informações em sites oficiais das comunidades, bem como em perfis nas redes sociais, como Instagram e Facebook. O interesse inicial demonstrado por parte das comunidades foi bastante promissor. No entanto, esse engajamento não se manteve diretamente proporcional quando o convite envolvia o compartilhamento de vivências pessoais e da luta coletiva das lideranças quilombolas.

Com o intuito de estabelecer uma comunicação mais efetiva, foi elaborado um formulário acompanhado de uma carta de apresentação, com linguagem acessível e objetiva. A proposta era possibilitar que as lideranças compartilhassem, de forma livre, suas especificidades. O envio desse material foi realizado ao longo de um bimestre, com acompanhamento periódico por parte da equipe, tanto para esclarecer dúvidas quanto para verificar a recepção e o andamento das respostas.

Apesar do planejamento cuidadoso, a taxa de resposta foi inferior à expectativa inicial. De um total de vinte e duas (22) comunidades quilombolas contatadas, menos da metade respondeu ao questionário e aceitou participar de reuniões por videoconferência. Esse retorno abaixo do esperado gerou, a princípio, certo desânimo, especialmente por se tratar do primeiro grupo de pesquisa formado por estudantes da UERJ, uma universidade historicamente reconhecida pela sua atuação crítica e socialmente engajada. Havia o desejo de realizar um trabalho de excelência, que fizesse jus à instituição e à relevância do tema. No entanto, esse resultado também se tornou um dado significativo a ser analisado. Fatores como a rotina intensa das lideranças, as limitações de acesso à internet e, sobretudo, a desconfiança diante de pesquisadores externos se revelaram aspectos centrais para compreender a baixa adesão.

Ainda assim, algumas experiências pontuais foram extremamente enriquecedoras. Uma liderança quilombola do município de Magé, por exemplo, demonstrou grande sensibilidade e receptividade ao projeto. Em uma conversa longa e descontraída, compartilhou detalhes sobre a história do quilombo – anteriormente uma fazenda – e as principais atividades econômicas desenvolvidas, como a coleta de caranguejos e mariscos, o turismo e o artesanato. A confiança estabelecida nessa conversa rendeu dois novos contatos com outras comunidades também localizadas na região de Magé, das quais uma participou efetivamente de entrevista e contribuiu com a pesquisa. Essa vivência reforçou entre os extensionistas a importância de compreender que o sucesso do projeto não reside necessariamente na quantidade de respostas obtidas, mas na qualidade das trocas, no compromisso ético e na dedicação com que se conduz o trabalho. Pequenas conquistas também constroem grandes resultados.

No âmbito interno, as reuniões da equipe extensionista aconteceram de forma remota, ao menos uma vez por mês, geralmente nas primeiras ou segundas segundas-feiras do mês, respeitando a disponibilidade dos membros, que conciliavam o projeto com outras demandas acadêmicas e profissionais. A equipe foi composta por Anderson Moraes, André Pereira, Rosana da Paz, Maria Francisca, Jeferson Rosa, Pedro Oliveira e Abimael Maia. Nessas reuniões, além do alinhamento de estratégias e definição das próximas ações, promovemos leituras e discussões de textos voltados à temática quilombola e à sustentabilidade em territórios tradicionais.

Entre os materiais debatidos, destacamos o artigo *Quilombolas como “Coletividades Verdes”: Contestando e incorporando o ambientalismo na Mata Atlântica, Brasil*, publicado na revista *Ambiente & Sociedade* (2017), que analisa como comunidades quilombolas da Mata Atlântica assumem o protagonismo na proteção ambiental, ao mesmo tempo em que resistem a modelos de conservação impostos externamente. Também foi objeto de estudo o artigo de Queiroz e Oliveira (2018), *Qualidade da água em comunidades quilombolas do Vão Grande, município*

de Barra do Bugres (MT), que apresenta um diagnóstico das condições hídricas em comunidades tradicionais da região Centro-Oeste, revelando vulnerabilidades no acesso à água potável.

Outros textos relevantes incluíram *Eervas que alimentam, curam e florescem identidades*. In: SILVA, Anderson Moraes de Castro e; PEREIRA discute a relação entre o uso tradicional de plantas medicinais e os processos de afirmação cultural e identitária em comunidades tradicionais, especialmente quilombolas. Os autores exploram como o conhecimento e o manejo das ervas vão além da dimensão terapêutica, funcionando também como práticas simbólicas e políticas que fortalecem vínculos comunitários, resistem à invisibilidade social e preservam saberes ancestrais, *Práticas Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável: um scoping review sobre caracterização de saúde e saneamento em comunidades quilombolas situados no entorno de capitais brasileiras*. Essas leituras ampliaram o repertório crítico da equipe, fornecendo subsídios para a condução mais sensível e contextualizada do projeto.

A análise crítica dos textos científicos, aliada aos debates em grupo, proporcionou uma compreensão mais aprofundada das realidades vivenciadas pelas comunidades quilombolas da região Sudeste. Questões legais, ambientais, culturais e relacionadas às políticas públicas foram discutidas com atenção e seriedade. Um dos temas debatidos com maior intensidade foi o impacto de legislações ambientais na vida cotidiana das comunidades: embora essas leis se proponham a preservar o meio ambiente, muitas vezes são implementadas sem o devido diálogo com os povos tradicionais, inviabilizando práticas históricas de manejo e subsistência.

O caso do Parque Estadual da Serra do Mar, em São Paulo, foi um dos exemplos analisados. As ações de turismo “educativo” promovidas na região, longe de beneficiar as comunidades locais, geraram efeitos adversos, como o aumento da poluição e a ampliação das restrições territoriais impostas aos quilombolas. Essas discussões ajudaram a equipe a perceber a complexidade das relações entre conservação ambiental, território e justiça social, reforçando a importância de uma abordagem sensível e dialógica em projetos de extensão (SANCHO-PIVOTO; RAIMUNDO, 2023).

NÓS POR NÓS MESMOS! O LUGAR DE FALA DOS QUILOMBOLAS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Apesar dos avanços do projeto, muitos desafios permanecem. A fala quilombola ainda encontra pouco espaço na academia, nas políticas públicas e na mídia. Barreiras geográficas, racismo estrutural e conflitos com políticas estatais dificultam a inclusão plena dessas populações. A juventude quilombola, nesse contexto, assume papel fundamental na continuidade das lutas e na preservação dos saberes e modos de vida. Mas, no campo, observamos que nem sempre a juventude presente nesses territórios pretende permanecer na região, pois, em determinados contextos, o

vínculo as comunidades podem ser entendidas como um fator que impossibilitaria a ascensão social. Isso é ainda mais recorrente nas comunidades que se encontram alijadas de seus recursos hídricos originários, como fontes d'água rios e lagos, ainda que eles se encontrem dentro da área demarcada.

Em nosso caso, a linguagem utilizada nas interações revelou-se um elo essencial. Em uma das entrevistas, a liderança quilombola ressaltou a importância do respeito e da escuta ativa por parte dos pesquisadores isso foi reiterado algumas vezes, em diferentes contextos, ao longo do projeto. Essa advertência evidenciou, do ponto de vista metodológico, o quanto o cuidado com o tratamento empregado com os nossos interlocutores foi capaz de fortalecer vínculos e possibilitar acessos, resultando em uma atuação mais ética e transformadora para todos nós.

De outro lado, o projeto também trouxe à tona os desafios enfrentados por estudantes quilombolas no ensino superior, especialmente nas universidades públicas do Rio de Janeiro. Na UFRRJ, a burocracia para homologação de bolsas, a curta divulgação de prazos e a falta de acompanhamento institucional foi apontado como um fator que desestimula os estudantes, principalmente na graduação.

Já a UFRJ e a UNIRIO, apesar de estarem sob a Lei Estadual 8.121/2018, que reserva 20% das vagas para pretos, pardos, indígenas e quilombolas, não possuem cotas autônomas para quilombolas. Em consequência, os dados mostram um ingresso ínfimo de alunos oriundos de comunidades quilombolas: apenas cerca de 0,13% dos estudantes se identificam como quilombolas. Essa invisibilidade estrutural impede o acesso e, principalmente, a permanência desses estudantes nas universidades. Portanto, para que universidades como UFRJ, UFRRJ e UNIRIO cumpram efetivamente sua função social, seria necessário repensar seus processos de ingresso e permanência. Ampliar as cotas específicas, flexibilizar as exigências burocráticas e promover ações afirmativas contínuas seriam passos fundamentais.

Além disso, abordamos aspectos relacionados à cultura, à resistência e à vivência cultural evidenciados nos depoimentos das lideranças quilombolas. Uma dessas lideranças, por exemplo, considera que o jongo assume um papel central na dinâmica comunitária onde vive, funcionando não apenas como expressão lúdica, mas como prática política de afirmação identitária. Preservar e viver a própria identidade, nesses contextos, seria então, para ele, um ato de resistência cotidiana. Afinal, tratar-se-ia de uma cultura viva, em constante construção, onde cada gesto, cada palavra e cada manifestação carregariam em si significados profundos. Nessa acepção, práticas como a alimentação ganham um estatuto simbólico e sagrado. Lembramos que nesse dia, logo após a fala dessa liderança em uma roda de conversa, fomos convidados a partilhar uma feijoada – momento precedido por uma roda de canto, que reforçou o sentido coletivo e ritualístico do encontro. Ao final, realizamos uma roda a céu aberto, em que cada participante teve a oportunidade de tomar a palavra

e propor reflexões finais. Esse encerramento foi, em si, um gesto político e simbólico: a partilha da palavra como forma de ampliar olhares e fomentar novas abordagens para problemas históricos que ainda marcam nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Participar dessa experiência acadêmica foi, portanto, um marco inesquecível em nossa trajetória individual. Um aprendizado que ultrapassa os muros da universidade e se inscreve, de forma ética e afetiva, na prática cidadã. A vivência no território quilombola nos desafiou a repensar não apenas nossas certezas acadêmicas, mas também a maneira como nos posicionamos diante das realidades sociais historicamente marginalizadas. O contato direto com a comunidade, suas histórias, saberes e modos de vida revelou a potência de uma educação que se constrói com o outro, em diálogo constante com os territórios e suas singularidades.

Mais do que observar, fomos chamados a escutar com atenção, a respeitar os silêncios e os tempos de cada narrativa, reconhecendo o valor de saberes que, muitas vezes, são desconsiderados ou invisibilizados pelos espaços formais de ensino. Nesse processo, compreendemos que a extensão universitária não deve ser encarada como mera aplicação de conhecimento técnico-científico, mas como um caminho de troca, aprendizado mútuo e construção coletiva.

Essa experiência também nos convocou à autorreflexão. A escuta das lideranças e dos moradores suscitou em nós questionamentos sobre privilégios, responsabilidades sociais e o papel que ocupamos enquanto estudantes universitários em uma sociedade profundamente marcada por desigualdades. Aprendemos, sobretudo, que o conhecimento não se encerra nos livros ou nas salas de aula, mas pulsa na oralidade, na cultura, na memória e nas práticas cotidianas dos povos tradicionais.

Diante disso, reafirmamos o papel transformador da extensão universitária como ponte entre a universidade e a sociedade. Ao promover vivências como essa, a formação acadêmica torna-se mais sensível, mais humana e comprometida com as lutas coletivas. Encerrar essa jornada com a consciência ampliada, o olhar mais atento e o coração mais disponível são, sem dúvida, um dos maiores legados que essa experiência poderia ter nos proporcionado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

UFRJ. Resolução Consume nº 24/2020. Normatiza a verificação de autodeclaração racial por comissões de heteroidentificação. Disponível em portal da Comissão de Políticas Raciais.¹

UFRJ. Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade – SGAADA. UFRJ Antirracista: a Universidade está mudando, nem um passo atrás. 2022.²

UFRJ. Conselho de Ensino para Graduados – CEPG. Cotas obrigatórias em pós-graduação (20% para PPI, 5% PCDs). Resolução aprovada em 15 jun. 2022.³

UFRRJ. Portaria nº 2.271/2019. Criação da Câmara de Políticas Raciais para monitoramento de ações afirmativas. Disponível via SINTUFRJ.⁴

UERJ. Lei Estadual nº 3.708/2001; Lei nº 4.151/2003; Lei nº 5.346/2008; Lei nº 8.121/2018. Estabelecem o sistema de cotas raciais (negros, indígenas, quilombolas) e sociais (rede pública, PCDs).⁵

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Comunidades Quilombolas Certificadas. Brasília: FCP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/comunidades-quilombolas/certificacao>.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de; ARAÚJO, José Ribamar de. Quilombolas como “coletividades verdes”: contestando e incorporando o ambientalismo na Mata Atlântica, Brasil. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 159–180, jul.–set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0093r1v2032017>

FERREIRA, Ana Paula da Silva; MARTINS, Bruno Ricardo Mota. Caracterização de saúde e saneamento em comunidades quilombolas situados no entorno de capitais brasileiras: uma revisão do tipo scoping review. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, n. 10, p. 3981–3994, 2022.

QUEIROZ, Sandra R.; OLIVEIRA, Cícero F. Qualidade da água em comunidades quilombolas do Vão Grande, município de Barra do Bugres (MT). Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, v. 4, n. 8, p. 31–48, 2018.

SANCHO-PIVOTO, Sidnei; RAIMUNDO, Altair. Parque Estadual da Serra do Mar (SP), populações locais e serviços ecossistêmicos culturais. Geousp, v. 27, n. 2, p. 1–23, maio-ago. 2023.

SILVA, Anderson Moraes de Castro e; PEREIRA, André Rodrigues. Ervas que alimentam, curam e florescem identidades. In: SILVA, Anderson Moraes de Castro e; PEREIRA, André Rodrigues (org.). **Educação, saúde e direitos humanos como promotores de uma sociedade mais justa**. Rio de Janeiro: Inovar, 2024. p. 556-570.